



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Gabinete de Secretário

Campinas, 04 de novembro de 2009

Interessado: Prefeitura Municipal de Campinas

Secretaria de Serviços Públicos/Departamento de Limpeza Urbana-DLU

Referente: Ofício nº 189-09 GD


Manifestação Ambiental SMMA nº 01/09

Tendo recebido as devidas cópias do respectivo EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório), relativos a implantação do novo aterro sanitário Municipal, denominado Aterro Delta B, temos a manifestar:

- . Considerando a Lei Estadual nº 997/76, que dispõe sobre o Controle da Poluição ao Meio Ambiente;
- . Considerando o Decreto Estadual nº 8.468/76 que regulamenta a LEI Nº 997/76 e em seu artigo 5º, dando competência à CETESB para aplicação do disposto na referida Lei;
- . Considerando o Decreto Estadual nº 47.397 de 04 de dezembro de 2002, que altera o Decreto 8.468/76;
- . Considerando a Resolução CONAMA nº 237/97, artigo 5º, parágrafo único, que prevê o exame técnico do órgão Ambiental Municipal para o Licenciamento Ambiental de atividades e empreendimentos;
- . Considerando a Resolução SMA nº 22/09, que, entre outros, dispõe sobre a manifestação técnica a ser efetuada pelas Prefeituras Municipais, nos processos de licenciamentos ambientais de âmbito da SEQUA;
- . Considerando a Lei Municipal nº 13.508/08, que autorizou o Município de Campinas a celebrar convênios com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e com a CETESB, visando a execução do licenciamento e a fiscalização de atividades e empreendimentos de impacto local e sabedores que este empreendimento não faz parte deste convenio, cabendo à CETESB-DAIA e sua análise final e licenciamento, estaremos efetuando as devidas análises do EIA-RIMA do aterro Delta B, com a respectiva elaboração do Parecer Técnico desta Secretaria, bem como efetuaremos a remessa deste estudo e parecer ao COMDEMA-Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas, para sua análise e manifestação, os quais oportunamente serão encaminhados à CETESB para inserção no processo de Licenciamento Ambiental.

Sendo o que tínhamos a informar, despedimo-nos enviando os nossos votos de estima e considerações.

Atenciosamente


Engº Dr. Paulo Sérgio Garcia de Oliveira
Secretário Municipal de Meio Ambiente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO COORDENADORIA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Protocolo n.º 09/11/14820

INFORMAÇÃO SOBRE ZONEAMENTO E USO DO SOLO

n.º 665/09

INTERESSADO: SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL:

LOTE: ----- **QUADRA:** ----- **QUARTEIRÃO:** 30.020

ENDEREÇO: Estrada do Mão Branca s/n.º Gleba localizada
entre FEPASA, Jd. São Caetano, Ribeirão do Piçarrão, Estrada Municipal
(CAM 338) e Fazenda São Jorge

Informamos que o zoneamento estabelecido pela Lei n.º 8.243/94, fornecido pelo cadastro da SEPLAMA para o imóvel acima identificado é '**área II-DELTA**' ('área II' do 'Complexo DELTA' – Lei n.º 8.243, de 30/12/1994, artigo 1.º, inciso II); **macrozona 5 (cinco)**.

Conforme dados fornecidos pelo requerente, a atividade a ser desenvolvida no local é 'Aterro Sanitário', que de acordo com a 'LUOS' (Lei de uso e ocupação do solo), se enquadra na subcategoria de uso II- 14 (das indústrias incômodas diversas) a qual é PERMITIDA para o local de acordo com as disposições legais contidas na supracitada 'Lei do Complexo DELTA'.

OBS-1: Deverá atender às 'RESOLUÇÕES CONAMA n.º 004/95 e 'PORTARIA EMAER n.º 018-1SC4', de 07/11/79.

OBS-2: Qualquer intervenção no local deverá ser precedida de parecer favorável a ser emitido pelo CONDEPACC (proc. 04/03).

Artigo 2º, Lei n.º 8.243/94 – COMPLEXO DELTA – Fica a Prefeitura Municipal de Campinas autorizada a executar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços de implantação e operação das modalidades do COMPLEXO DELTA, de modo a adotar tecnologia moderna e adequada;

SUS – CSU / DECON

Dornel
Eng.º Dorival Saito Nakamura
Data 24/10/2009
CREA 060105257/0

As informações acima se referem ao uso do solo, sendo de responsabilidade do interessado a consulta às demais leis Municipais, Estaduais e Federais. Não estão sendo verificados os aspectos referentes ao imóvel e construções.

Informações sobre zoneamento são fornecidas de acordo com a legislação em vigor na presente data, sujeitas à alteração.

Válida sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Consulte legislação na inte. net: www.campinas.sp.gov.br (biblioteca jurídica)